



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 36019/2018-SEPLAG, nos termos do Padrão nº 04/2002.

Processo SEI nº: 00410-00010690/2017-49

SIGGO nº: 36019

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das Partes

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPLAG/DF), com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.230.476/0001-07, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por **LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS**, portadora da cédula de identidade RG nº 973.748, expedida pela SSP/DF, inscrita no CPF/MF sob o nº 490.644.281-15, na qualidade de Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, , conforme delegação de competência prevista no artigo 31 do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, referente às Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Distrito Federal, e, de outro lado, a empresa **SCHNEIDER ELECTRIC IT BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E ELETRÔNICOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MJ sob nº 07.108.509/0001-00, com sede na Avenida Eusébio de Queiroz, nº 6.274, Centro, CEP: 61.760-000, cidade de Eusébio - CE, neste ato representada por sua filial, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.108.509/0002-82, localizada na Marginal do Ribeiro dos Cristais, nº 200 - Portão "A" - Parte 3 - Prédio 400, cidade de Cajamar - SP, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **PEDRO MARCELO VAZQUEZ DEL RIO** portador da cédula de identidade nº 24.144.598-X, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob nº 250.223.198-10, na qualidade de procurador da empresa, e por **LUCIANO SANTOS DO REGO** portador da cédula de identidade nº 22.999.372, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob nº 190.645.938-09, na qualidade de Administrador da empresa, celebram o presente Termo pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 1/2017-MEC/UFRN e seus anexos (4431854), homologado e adjudicado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que culminou com a edição da Ata de Registro de Preços nº 1/2017 - MEC/UFRN (4435968), da qual a SEPLAG/DF figura como partícipe, demanda da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC/SEPLAG-DF) especificada no Despacho SEI-GDF SEPLAG/SUTIC/COCED (6423949), aprovado pelo Subsecretário da SUTIC/SEPLAG, da Proposta de Preços (6540921), com fundamento na Instrução Normativa SLTI/MP nº 04/2014, no Decreto Distrital nº 37.667/2016, no Decreto Distrital nº 36.519/2015, no Decreto Distrital nº 36.520/2015, na Lei nº 8.666/1993 e demais legislação correlata.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Objeto

O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para manutenção continuada (preditivas e preventivas) e sob demanda (corretivas) com a previsão de peças de

reposição para equipamentos para o Centro de Dados Corporativos do GDF - DATACENTER, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas descritas no Despacho SEI-GDF SEPLAG/SUTIC/COCED (6423949), aprovado pelo Subsecretário da SUTIC/SEPLAG, no Edital do Pregão Eletrônico nº 1/2017-MEC/UFRN e seus anexos (4431854), na Ata de Registro de Preços nº 1/2017 - MEC/UFRN (4435968), da qual a SEPLAG/DF figura como partícipe, e na Proposta de Preços (6540921), conforme detalhamento a seguir:

Ata de Registro de Preços referente ao PE Nº 001/2017 - UFRN					
Item	Descrição	Quantidade em contratação	Unidade/Serviço	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
4	Compressor de AR tipo SCROLL Evaporadora INROW 10	4	Equipamento	R\$9.000,00	R\$36.000,00
5	Conjunto de Peças Válvulas Receptoras para unidade externa condensadora	6	Equipamento	R\$7.300,00	R\$43.800,00
13	Fonte Elétrica retificadora AC-DC 500 w para rack evaporadora INROW 10 Kw	4	Equipamento	R\$1.700,00	R\$6.800,00
14	Gaveta Chave Comutadora Estática de Transferência com potência de 160 Kw	2	Gaveta	R\$20.000,00	R\$40.000,00
16	Gaveta de Bateria Singela Modular do tipo HOT SWAP	144	Gaveta	R\$2.000,00	R\$288.000,00
17	Gaveta de Potência de USP do Tipo HOT SWAP de 16 Kw/ 10Kw	10	Gaveta	R\$25.000,00	R\$250.000,00
18	Kit de Placas Principal (Controladora, inteligência, Memória) para Rack Evaporadora INROW 10Kw	4	Kit	R\$3.600,00	R\$14.400,00
29	Peça Display de Visualização para RACK Evaporada INROW 10Kw	4	Peça	R\$2.200,00	R\$8.800,00
30	Peça Ventilador para RACK Evaporadora INROW 10 Kw	4	Peça	R\$2.300,00	R\$9.200,00
42	Placa Eletrônica de Controle com Gerenciamento Inteligente para Rack Elétrico	4	Placa	R\$3.500,00	R\$14.000,00
Subtotal de produtos					R\$711.000,00
50	SRT de Atendimento de Manutenção Programada do Sistema de Alimentação (Painel Elétrico)	6	Painel	R\$17.900,00	R\$107.400,00
51	SRT de Atendimento de Manutenção Programada do Sistema de Climatização (Ar Precisão)	20	Equipamento	R\$18.700,00	R\$374.000,00
52	SRT de Atendimento de Manutenção Programada do Sistema de Climatização (UPS)	4	Equipamento	R\$38.300,00	R\$153.200,00
53	SRT de Atendimento de Missão Crítica Corretiva do Sistema de Energia Ininterrupta (UPS)	4	Equipamento	R\$3.600,00	R\$14.400,00
99	SRT de Atendimento de Missão Crítica Corretiva do Sistema de Climatização (Ar Precisão)	20	Equipamento	R\$8.200,00	R\$164.000,00
54	SRT de Atualização da Plataforma de Supervisão e Gerenciamento com SUP. Remoto para 10 racks	6	Conjunto	R\$9.700,00	R\$58.200,00
59	SRT de Conservação da Infraestrutura Externa e Interna para 10 racks por diárias técnicas	8	Diária	R\$6.000,00	R\$48.000,00
60	SRT de Consultoria e Suporte Presencial por Diária Técnicas	8	Diária	R\$3.000,00	R\$24.000,00
86	SRT de Transferência de Tecnologia (Módulo 8H curso)	4	Módulo	R\$6.200,00	R\$24.800,00
Subtotal de serviços					R\$968.000,00
VALOR TOTAL DA AQUISIÇÃO (R\$)					R\$1.679.000,00

CLÁUSULA QUARTA – Da Forma e Regime de Execução

4.1 - O CONTRATO será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, em conformidade com o disposto na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

4.2 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 1/2017-MEC/UFRN e seus anexos (4431854), no que tange às Disposições relativas à Execução dos Serviços, devem ser observados os seguintes tópicos:

4.2.1 - Definição e Escopo dos serviços:

4.2.1.1 - Entende-se por Material (produto ou peça) - qualquer anormalidade do material (produto ou peça), seja porque não funciona, funciona precariamente, funciona em desacordo com as normas de fabricação, apresenta defeito de fabricação preexistente, vícios redibitórios ou qualquer outro defeito do qual se possa presumir estar o material em desacordo com as normas técnicas de fabricação, considerando-se inclusive as especificações estipuladas no presente edital, e, conseqüentemente, a perda total ou parcial do rendimento de equipamentos acoplados, por causa destes defeitos;

4.2.1.2 - Entende-se por Serviço por regime de tarefa (eventuais ou continuados) qualquer

anormalidade do serviço, ou seja, opera precariamente, opera em desacordo com as normas de instalação e conservação de fabricação, apresenta defeito de instalação ou manutenção preexistente, vícios redibitórios ou qualquer outro defeito do qual se possa presumir estar o serviço em desacordo com as atividades estipuladas no edital;

4.2.1.3 - A Contratada somente substituirá peças e insumos, em caso de comprovada necessidade, mediante prévia justificativa assinada pelo seu Responsável Técnico e aprovada pela CONTRATANTE;

4.2.1.4 - A CONTRATADA deverá realizar testes e ajustes após os reparos para garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos;

4.2.1.5 - Os usuários deverão ser orientados sobre eventuais providências que possam melhorar o desempenho dos equipamentos;

4.2.1.6 - No caso de não existir a possibilidade de realizar os serviços no local onde estão localizados os equipamentos, a contratada poderá levar o equipamento para consertá-lo em suas dependências, desde que sejam respeitadas as normas de saída dos equipamentos da SEPLAG/DF;

4.2.1.7 - O emprego de mão-de-obra deve ficar a cargo de profissionais de reconhecida qualificação por parte da CONTRATADA;

4.2.1.8 - É de responsabilidade da CONTRATADA a obediência as normas regulamentadoras de segurança do trabalho.

4.2.2 - Do Local de Execução dos Serviços:

4.2.2.1 - Execução do Serviço deverá ser realizada nas dependências da SEPLAG, localizada no Complexo Administrativo do Governo do Distrito Federal, em Brasília - DF.

4.2.3 - Do Prazo de Fornecimento de materiais (LOTE 1):

4.2.3.1 - O prazo de entrega dos materiais e sua instalação deverá ser, no máximo, de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da Assinatura do Contrato.

4.2.3.1.1 - O prazo de entrega somente poderá ser estendido mediante prévia autorização da CONTRATANTE.

4.2.4 - Do Atendimento dos Chamados de Manutenção (Lote 2):

4.2.4.1 - Os serviços serão realizados, sob demanda, por chamado, de acordo com a necessidade da contratante. Os serviços de manutenção por chamado serão realizados no horário de 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira (exceto feriados);

4.2.4.2 - Os Chamados Emergenciais e Urgentes serão realizados 24 (vinte e quatro) horas por dia, nos 7 (sete) dias da semana, incluindo o atendimento *in loco*.

4.2.4.3 - A manutenção ocorrerá mediante chamado da CONTRATANTE, quantas vezes forem necessárias, para suprir anormalidades ou irregularidades no funcionamento dos equipamentos;

4.2.4.4 - O prazo de execução do objeto do presente contrato que não exija substituição de PEÇAS deverá ser no máximo de 8 (oito) horas consecutivas e contadas a partir do recebimento, pelo fornecedor, da Requisição de serviço contratado.

4.2.4.5 - O prazo de execução do objeto do presente contrato que exija substituição de PEÇAS deverá ser no máximo de 72 (setenta e duas) horas consecutivas e contadas a partir do recebimento, pelo fornecedor, da Requisição de serviço contratado.

4.2.4.6 - O prazo de execução do objeto do presente contrato para situações classificadas como "EMERGENCIAIS", em que a ocorrência possa ocasionar risco de paralisação das atividades ou risco de segurança pessoal ou patrimonial da CONTRATANTE, será de, no máximo, 02 (duas) horas corridas para chegar ao local de atendimento e, a partir da hora de chegada ao local de atendimento, de 04 (quatro) horas corridas para identificação de problemas e solução.

4.2.4.7 - A CONTRATADA deverá possuir Central de Atendimento para abertura dos chamados, comprometendo-se a manter registros do mesmo, constando nº de protocolo e descrição do problema.

4.3 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 1/2017-MEC/UFRN e seus anexos (4431854), no

que tange às Disposições relativas à Entrega e ao Recebimento do objeto contratado, devem ser observados os seguintes tópicos:

4.3.1 - Os itens do objeto contratados e executados serão recebidos no endereço constante da Nota de Empenho emitida pela CONTRATANTE, ou órgão participante, e no local por ela designado.

4.3.2 - O recebimento formal deverá acontecer em dias úteis, nos horários: 8:00 h às 11:00 h e 14:00 h às 17:00 h.

4.3.3 - O recebimento, seja provisório ou definitivo, não eximirá a contratada da responsabilidade civil, ético-profissional ou de qualquer natureza, em relação à qualidade, inclusive no que concerne às especificações exigidas e normas aplicáveis, cabendo-lhe sanar, às suas expensas, quaisquer irregularidades detectadas e reprovadas pela contratante.

4.3.4 - Os serviços serão recebidos provisória e definitivamente pelo servidor/comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do termo de referência e do relatório de itens do objeto licitados, anexos do Edital do Pregão Eletrônico nº 1/2017-MEC/UFRN e seus anexos (4431854).

4.3.5 - Do Recebimento Provisório

4.3.5.1 - No prazo de 10 (dez) dias contados da notificação por escrito da contratante à contratada, sobre a conclusão dos serviços, a comissão/executor deverá emitir parecer conclusivo de aprovação ou reprovação.

4.3.5.1.1 - Caso sejam verificadas quaisquer irregularidades, a contratante reprovará os serviços e determinará que sejam refeitos por conta e ônus da contratada e somente após o cumprimento dessa determinação, o objeto será dado como recebido definitivamente e aceito.

4.3.5.2 - Nota Fiscal ou fatura deverá conter a descrição dos itens do objeto executados em consonância com a descrição constante da Nota de Empenho correspondente.

4.3.6 - Do Recebimento Definitivo

4.3.6.1 - O recebimento dos itens do objeto executado, em caráter definitivo, dar-se-á após o decurso de 10 (dez) dias contados do parecer de aprovação emitido pela comissão criada para o recebimento provisório, ou por outra comissão especialmente designada para este fim.

4.3.6.1.1 - Durante esse período, a contratada terá sob sua responsabilidade o perfeito funcionamento dos serviços por ela executados. Qualquer falha construtiva ou de funcionamento deverá ser prontamente reparada pela contratada, estando esta sujeita às sanções previstas no edital.

4.3.6.2 - O recebimento definitivo dos itens do objeto executado dar-se-á após ser verificada sua conformidade, através da aceitação mediante carimbo e assinaturas (atesto e visto) apostos no verso da nota fiscal ou fatura.

4.3.6.3 - Todos os fatos anormais, porventura verificados no ato de recebimento definitivo dos itens do objeto executado, deverão ser anotadas em livro ou sistema próprio, assim como as providências a serem tomadas pela CONTRATADA.

4.3.6.4 - Caberá à CONTRATANTE rejeitar total ou parcialmente os itens do objeto executado em desacordo com as especificações estabelecidas no edital e respectivos anexos, ou que apresentar irregularidades.

4.3.7 - Quanto às Disposições relativas ao Resultado Esperado, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 1/2017-MEC/UFRN e seus anexos (4431854), citam-se:

4.3.7.1 - Espera-se que CONTRATADA execute o objeto do Pregão com eficiência, celeridade e em conformidade total com os termos e prazos estabelecidos no edital, no Termo de Referência e demais anexos.

CLÁUSULA QUINTA – Do Valor

5.1 - O valor total global do Contrato é de **R\$ 1.679.000,00 (um milhão e seiscentos e setenta e nove mil reais)**, e correrá à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária Anual.

5.2 - Os contratos celebrados com prazo de vigência superior a doze meses, terão seus valores, anualmente, reajustados por índice adotado em lei ou, na falta de previsão específica, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos termos do art. 4º do Decreto nº 37.121/2016.

5.3 - Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

5.3.1 - Se a CONTRATADA não solicitar tempestivamente o reajuste e prorrogar o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

CLÁUSULA SEXTA – Da Dotação Orçamentária

6.1 - A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: **32.101**

II – Programa de Trabalho: **04.126.6203.1471.0029**

III – Naturezas da Despesa: **33.90.39**

IV – Fonte de Recursos: **100**

6.2 - O empenho é de **R\$ 1.119.333,33 (um milhão, cento e dezenove mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos)**, conforme **Nota de Empenho nº 2018NE00426(6676800)**, emitida em 03/04/2018, sob o evento nº 400091, na modalidade Global.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Pagamento

7.1 - O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante a apresentação de Nota Fiscal, devidamente atestada pelo Executor do CONTRATO.

7.2 - A Contratada não poderá apresentar Nota Fiscal com número de CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste CONTRATO.

7.3 - Ainda para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106/2007;

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV - Certidão de Regularidade com a Fazenda Pública Federal; e

V - Certidão de Regularidade de Débitos Trabalhistas – CNDT (em www.tst.gov.br), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011. Visando comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do Trabalho.

7.4 - O pagamento do suporte técnico especializado será efetuado à CONTRATADA, sob demanda, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da data do aceite definitivo da Ordem de Serviço, de acordo com as exigências administrativas em vigor.

7.4.1 - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

- 7.5 - Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.
- 7.6 - As notas fiscais/faturas deverão ser enviadas à contratante, com a devida antecedência que permita o cumprimento dos prazos contratuais, sob pena de acréscimos dos dias de atraso aos respectivos prazos.
- 7.7 - No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal/fatura, serão estes restituídos à Contratada para as correções solicitadas, não respondendo a Contratante por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.
- 7.8 - O CONTRATANTE não estará sujeito ao pagamento da compensação financeira a que se refere o parágrafo anterior, se o atraso decorrer do fornecimento irregular dos materiais ou com ausência total ou parcial de documentação hábil, ou pendente de cumprimento pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas do Contrato.
- 7.9 - Verificada a existência de irregularidade fiscal ou trabalhista, a CONTRATANTE notificará, por escrito, a CONTRATADA da ocorrência, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação, promova a regularização ou apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato.
- 7.9.1 - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 7.9.2 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.9.3 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 7.9.4 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 7.9.5 - Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 7.10 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado da CONTRATADA.
- 7.11 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 7.12 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.12.1 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 7.13 - Os pagamentos efetuados pela contratante não isentam a contratada de suas obrigações e responsabilidades assumidas.
- 7.14 - As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante

crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767/2011, alterado pelo alterado pelo Decreto de nº 36.135/2014.

7.15 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 1/2017-MEC/UFRN e seus anexos (4431854), no que tange às Disposições relativas à Pagamento, devem ser observados os seguintes tópicos:

7.15.1 - O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até o 30 (trinta) dias corridos contados da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura devidamente atestada pelo setor competente;

7.15.2 - O pagamento deverá acontecer conforme especificidades a seguir:

7.15.2.1 - Lote 1 - Quanto ao fornecimento dos materiais: parcialmente ou na totalidade do valor de empenho de cada item com contra apresentação da Nota Fiscal pela CONTRATADA. Será emitido um Termo de Recebimento Provisório, conforme modelo apresentado em anexo no edital, referente à entrega dos materiais (produtos e peças);

7.15.2.2 - Lote 1 - Quanto aos serviços por regime de tarefa eventuais de instalação: parcialmente ou na totalidade do valor de empenho de cada item com contra apresentação da Nota Fiscal pela CONTRATADA. Será emitido um Termo de Aceite Definitivo, conforme modelo apresentado em anexo no edital, referente aos serviços executados.

7.15.2.3 - Lote 2 - Quanto aos serviços por regime de tarefa continuados: programados mensalmente ou sob demanda, mediante cronograma físico-financeiro apresentado no momento da assinatura do contrato, em relação aos valores empenhados para cada item com contra apresentação da Nota Fiscal pela CONTRATADA. Será emitido um relatório técnico pela CONTRATADA referente aos serviços prestados.

CLÁUSULA OITAVA – Do Prazo de Vigência

8.1 - O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, ficando sua duração adstrita à vigência do respectivo crédito orçamentário.

8.2 - Admitir-se-á prorrogação deste Contrato, a critério da CONTRATANTE, por períodos iguais e sucessivos, até o limite previsto no inciso II do art. 57 da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA NONA – Das garantias

9.1 - Por ocasião da celebração do contrato será exigida da CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, comprovante de prestação de garantia, correspondente a **2% (dois por cento)** do valor do contrato, equivalente a quantia de **R\$ 33.580,00 (trinta e três mil e quinhentos e oitenta reais)**, nos termos do artigo 56 da Lei no 8.666/93 e da IN 05/2017-MP, recepcionada pelo Decreto Distrital nº 38.934/2018, mediante a escolha de uma das modalidades estabelecidas no § 1º, do art. 56, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quais sejam:

I - caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004);

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.

9.2 - A garantia contratual, ainda, abrange a observância dos seguintes tópicos:

I - A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da CONTRATADA, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios dos arts. 827 e 1.491, do Código Civil de 2002.

II - Toda e qualquer garantia prestada pela CONTRATADA:

a) A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após 90 (noventa) dias do término da vigência contratual, e, quando em dinheiro, atualizado monetariamente, sem prejuízo das sanções previstas em Lei. A não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da N.E (Nota de Empenho) emitida.

b) poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

c) ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

III - Sem prejuízo das sanções previstas na lei, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o CONTRATO, implicando na imediata anulação da N.E (nota de empenho) emitida.

IV - No caso de fiança bancária e do seguro garantia estes deverão ser apresentados em original ou documento eletrônico com certificação digital e deverá oferecer cobertura a todas as obrigações contratuais não adimplidas pelo contratado compreendendo o período anual de início e término do CONTRATO;

V – A garantia de execução do CONTRATO, nos moldes do art. 56 da Lei no 8.666, de 1993, deve ter validade de 12 (doze) meses, e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, observados ainda os seguintes requisitos:

a) a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do CONTRATO;
2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do CONTRATO;
3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

b) A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens da alínea "a", observada a legislação que rege a matéria;

c) A garantia em dinheiro deverá ser efetuada no Banco Regional de Brasília (BRB), na Agência 0100, Conta Corrente nº 800482-8, registrada em nome da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), CNPJ nº 00.394684/0001-53, com correção monetária, em favor do CONTRATANTE;

d) A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do CONTRATO por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

e) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do CONTRATO por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

f) O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

g) A garantia será considerada extinta:

1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do CONTRATO; e
2. após o término da vigência do CONTRATO, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

h) O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

9.2.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

9.2.2 - Após o término da vigência do contrato, podendo ser estendida em caso de ocorrência de sinistro.

9.3 - GARANTIA DOS PRODUTOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

9.3.1 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 1/2017-MEC/UFRN e seus anexos (4431854), no que tange às Disposições relativas à Garantia do Produto e Assistência Técnica, devem ser observados os seguintes tópicos:

9.3.2 - A garantia contar-se-á a partir do recebimento definitivo dos materiais ou da execução definitiva das tarefas, cuja regularidade e/ou adequação deverão ser devidamente certificadas.

9.3.3 - Do Ônus:

9.3.3.1 - Execução da garantia incluirá refazimento parcial ou integral do serviço e substituição de material e não implicará, em qualquer hipótese, ônus para a CONTRATANTE.

9.3.4 - Da Responsabilidade:

9.3.4.1 - A garantia será exigida diretamente da própria CONTRATADA; não será admitida, em hipótese alguma, transferência desta responsabilidade para terceiros;

9.3.4.2 - CONTRATADA estará dispensada das despesas com reparação, nos casos em que a pane for causada pelo uso indevido pela CONTRATANTE, que deverá ser comprovado pela CONTRATADA e aceito pela CONTRATANTE;

9.3.4.3 - Nos casos de comprovação de uso indevido pela CONTRATANTE, de que resulte pane ou defeito, a CONTRATADA deverá apresentar laudo técnico acompanhado de orçamento detalhado dos custos relativos à reparação;

9.3.4.4 - A garantia originada deste contrato cobre qualquer componente de fabricação estrangeira que não possua assistência técnica de fábrica no Brasil, cujo defeito esteja impedindo o funcionamento normal de produto garantido;

9.3.5 - Do Prazo:

9.3.5.1 - A garantia do LOTE 1, para o fornecimento de materiais (produtos e peças), é de **17 (dezessete) meses**, contados a partir da emissão do Termo de Aceite Definitivo ou Nota de empenho.

9.3.5.2 - A garantia do LOTE 1, para o serviço de regime de tarefas, é de **12 (doze) meses**, contados a partir da emissão do Termo de Aceite Definitivo ou Nota de empenho.

9.3.5.3 - A garantia do LOTE 2 é de **12 (doze) meses**, contados a partir da emissão do Termo de Aceite Definitivo ou Nota de empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da responsabilidade do Distrito Federal

10.1 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 1/2017-MEC/UFRN e seus anexos (4431854), no que tange às Disposições relativas às Obrigações, citam-se:

10.1.1 - A CONTRATANTE obrigar-se-á a:

10.1.1.1 - emitir Nota de Empenho a crédito da CONTRATADA, no valor correspondente ao valor total dos itens do objeto contratado;

10.1.1.2 - enviar por e-mail Nota de Empenho, digitalizada, emitida em favor da CONTRATADA, ou, na indisponibilidade desta tecnologia, enviá-la por outros meios (fax, postal etc.);

10.1.1.3 - permitir o acesso do pessoal da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, para execução dos itens do objeto contratado;

10.1.1.4 - impedir que pessoas não autorizadas pela CONTRATADA executem quaisquer itens do objeto contratado;

10.1.1.5 - fornecer todas as condições e informações necessárias, para que a CONTRATADA possa executar os itens do objeto contratado conforme exigências do edital e respectivos anexos, pautando-se inclusive pelas normas que venham a ser emitidas após a celebração do Instrumento de Contrato;

10.1.1.6 - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;

10.1.1.7 - solicitar à CONTRATADA retificação da execução de itens do objeto contratado cujos padrões de qualidade estejam aquém das exigências contidas no edital e respectivos anexos;

10.1.1.8 - informar das irregularidades, defeitos, vícios ou incorreções detectados durante a execução de itens do objeto contratado, para que a CONTRATADA adote as medidas indispensáveis à adequação às especificações e regras constantes do edital e respectivos anexos;

10.1.1.9 - observar para que, durante a vigência do Instrumento de Contrato, sejam mantidas pela CONTRATADA as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

10.1.1.10 - exigir que a CONTRATADA execute os itens do objeto contratado consoante as exigências estabelecidas no edital e respectivos anexos;

10.1.1.11 - rejeitar total ou parcialmente itens do objeto contratado, executado em desacordo com as exigências contidas no edital e respectivos anexos;

10.1.1.12 - notificar por escrito a CONTRATADA, quando ocorrer eventuais imperfeições na execução de itens do objeto contratado, fixando prazo para sua correção;

10.1.1.13 - acompanhar e fiscalizar o Registro de Preços, através da Comissão Especial, a fim de garantir sua perfeita execução;

10.1.1.14 - providenciar o registro daquelas licitantes que aceitarem cotar itens do objeto licitado, com preços iguais aos da licitante vencedora, observando a sequência da classificação das licitantes no certame, visando à formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão da primeira colocada da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Dec. nº 7.892/2013;

10.1.1.15 - respeitar a ordem de classificação dos licitantes registrados na Ata de Registro de Preços;

10.1.1.16 - Divulgar a Ata de Registro de Preços no Portal de Compras do Governo Federal, deixando-a aí disponível durante sua vigência;

10.1.1.17 - emitir o Termo de Recebimento Provisório ou o Termo de Recebimento Definitivo em conformidade com as exigências estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.1.18 - efetuar o pagamento à CONTRATADA, obedecendo aos termos estabelecidos no edital;

10.1.1.19 - solicitar, via fax ou telefone, a execução de itens do objeto, cujos preços encontrem-se registrados na Ata de Registro de Preços;

10.1.2 - A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA, pela perfeita execução do item do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das Obrigações e Responsabilidades da CONTRATADA

11.1 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 1/2017-MEC/UFRN e seus anexos (4431854), no que tange às Disposições relativas às Obrigações, citam-se:

11.1.1 - A CONTRATADA obrigar-se-á a:

11.1.1.1 - assinar e devolver a Ata de Registro de Preços, no prazo estabelecido no edital;

11.1.1.2 - arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, referentes a salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras devidas ao seu pessoal, no cumprimento das obrigações do Sistema de Registro de Preços, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou

subsidiária;

11.1.1.3 - realizar acesso diário ao seu *e-mail*, informado no SICAF, ou no Portal de Compras do Governo Federal, quando da retirada do edital, e confirmar, quando da abertura das mensagens eletrônicas, o recebimento das Notas de Empenho enviadas eletronicamente pela CONTRATANTE;

11.1.1.4 - manter sempre atualizado o seu endereço, número do telefone fixo e/ou celular, fax, e-mail ou outro meio de contato, junto à CONTRATANTE;

11.1.1.5 - renovar a documentação relativa à habilitação exigida para contratação, preservando a compatibilidade entre a natureza de suas atividades e as obrigações por ela assumidas relativas ao objeto da contratação, sempre que for vencendo o prazo de validade da referida documentação;

11.1.1.6 - entregar oficialmente os itens do objeto contratado e executado, juntamente com a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura correspondente;

11.1.1.7 - informar na Nota Fiscal e/ou Fatura a descrição dos itens do objeto contratado e executado, de acordo com as especificações constantes da Nota de Empenho;

11.1.1.8 - pagar pontualmente os fornecedores e obrigações fiscais, em relação à execução dos itens do objeto executado;

11.1.1.9 - pagar todos os tributos e contribuições fiscais ou parafiscais que incidam ou venham a incidir de forma direta ou indireta sobre a execução dos itens do objeto contratado, bem como as despesas eventuais de frete;

11.1.1.10 - manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou instrumento de Contrato todas as condições de habilitação exigidas para a contratação, sob pena de serem retidos os valores a ela devidos até sua regularização e aplicadas as demais penalidades, sem ônus para a CONTRATANTE;

11.1.1.11 - responsabilizar-se pelo perfeito cumprimento da Ata de Registro de Preços ou do instrumento do contrato;

11.1.1.12 - ressarcir os eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, provocados por negligência, imprudência ou imperícia do seu pessoal envolvido na execução dos itens do objeto contratados, respondendo inteiramente por estes atos quando constada sua culpa ou dolo, estando ciente de que o controle e a fiscalização exercidos pela CONTRATANTE não excluirá nem diminuirá sua responsabilidade;

11.1.1.13 - executar os itens do objeto contratado, consoante as exigências do edital e respectivos anexos;

11.1.1.14 - executar os itens do objeto contratado, sempre direta e pessoalmente, não podendo transferir esta responsabilidade a nenhuma outra empresa ou instituição, seja qual for sua natureza, salvo quando houver expressa anuência da CONTRATANTE;

11.1.1.15 - participar de todas as reuniões convocadas pela CONTRATANTE, com a finalidade de tratar de assuntos relacionados à execução dos itens do objeto contratado;

11.1.1.16 - responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a execução dos itens do objeto contratado;

11.1.1.17 - responder por quaisquer acidentes dos quais resultem vítimas, inclusive dentre o seu pessoal, em razão da execução dos itens do objeto contratado;

11.1.1.18 - fornecer por escrito, até 3 (três) dias depois de recebimento da Nota de Empenho, o nome, número do telefone fixo e/ou do celular, fax ou e-mail do seu representante, o qual ficará responsável pelo seu contato direto com a CONTRATANTE;

11.1.1.19 - substituir quaisquer itens do objeto contrato cuja execução tenha sido recusada pela CONTRATANTE, nos termos e prazos estipulados no edital e respectivos anexos;

11.1.1.20 - ser proativa no sentido de prover-se de condições que possibilitem o atendimento às condições firmadas, a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou Instrumento de Contrato;

11.1.1.21 - atender prontamente quaisquer exigências do representante da CONTRATANTE, relativas à execução dos itens do objeto contratado ou ao procedimento de entrega daqueles cuja a execução tenha sido concluída;

11.1.1.22 - executar os itens do objeto contratado e entregar formalmente aqueles cuja execução tenha sido concluída, de acordo com as exigências estabelecidas no edital e respectivos anexos;

11.1.1.23 - providenciar a imediata correção de deficiência, falha ou irregularidade constatadas pelo Comissão de Licitação, referentes à execução dos itens do objeto contratado e ao cumprimento das demais obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços e/ou Instrumento de Contrato;

11.1.1.24 - responder por perdas ou danos, causados pelo seu pessoal, de forma voluntária ou involuntária, às instalações, dependências, máquinas, equipamentos e demais bens da CONTRATANTE, resultantes da execução dos itens do objeto contratado, providenciando imediatamente quaisquer correções necessárias, no prazo que lhe for expressamente estabelecido pela CONTRATANTE;

11.1.1.25 - Colocar à disposição da CONTRATANTE, todos os meios necessários para comprovação da qualidade do objeto executado, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações e exigências do edital e seus anexos.

11.2 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 1/2017-MEC/UFRN e seus anexos (4431854), no que tange às Disposições Específicas, citam-se:

11.2.1 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente toda legislação relativa à segurança, higiene e medicina do trabalho, bem como quaisquer medidas adicionais que venham a ser solicitadas pela CONTRATANTE, as quais não isentarão a CONTRATADA de suas responsabilidades legais.

11.2.2 - A CONTRATADA deverá manter à frente dos serviços um representante credenciado, com a missão de garantir o bom andamento da execução do contrato e com a obrigação de tomar decisões pertinentes quanto a imediata correção de falhas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Alteração Contratual

Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das Penalidades

13.1 - O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

13.2 - Das Espécies

13.2.1 - Caso a contratada não cumpra integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estará sujeita às seguintes sanções em conformidade com o **Decreto nº 26.851/2006**, e suas alterações, e nos termos do Edital, no que couber:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) Para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude

fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.2.2 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.3 - Da Advertência

13.3.1 - A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.4 - Da Multa

13.4.1 – A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

13.4.2 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 193 e será executada após regular processo administrativo, oferecido ao contratado a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.4.3 – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela

Administração ou cobrados judicialmente.

13.4.4 – O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.4.5 – Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.4.6 – A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem **13.2.2** e observado o princípio da proporcionalidade.

13.4.7 – Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 13.4.8 – A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem **13.4.1** não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

13.5 - Da Suspensão

13.5.1 – A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Administração Geral (SUAG), a contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a contratada deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a contratada, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a contratada:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados na contratação, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da contratação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação; e

c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

13.5.2 – São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.5.3 - A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

13.5.4 - O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

13.6 – Da Declaração de Inidoneidade

13.6.1- A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

13.6.2 - A declaração de inidoneidade prevista no item 13.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a

Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

13.6.3 - A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.7 – Das Demais Penalidades

13.7.1 - As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 13.6;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 13.5.3 e 13.5.4.

13.7.2 - As sanções previstas nos subitens 13.5 e 13.6 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

13.8 - Do Direito de Defesa

13.8.1 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

13.8.2 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.8.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.8.4 - Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

13.8.5 - Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.compras.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

13.8.6 - Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 13.3 e 13.4 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.9 - Do Assentamento em Registros

13.9.1 - Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

13.9.2 - As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

13.10 - Da Sujeição a Perdas e Danos

13.10.1 - Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo **Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas no edital**, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

13.11 – Disposições Complementares

13.11.1 - As sanções previstas nos subitens 13.3, 13.4 e 13.5 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante.

13.11.2 - Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Dissolução

O CONTRATO poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do CONTRATO, desde que haja conveniência para a Administração, nos termos do art. 79, II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Rescisão

15.1 - O CONTRATO poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.2 - No caso de rescisão motivada nos termos do art. 77 da Lei n.º 8.666/93, ficam assegurados à Administração, os direitos de investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços, para evitar que a rescisão acarrete obstáculos à continuidade da atividade administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Dos Débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do Acompanhamento e Fiscalização

17.1 - O acompanhamento e a fiscalização do objeto deste contrato serão exercidos por meio de servidores/comissão executora, designados pela Contratante, aos quais compete, em síntese: acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento e a prestação dos serviços, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à

Contratada, conforme determina o artigo 67, da Lei nº 8.666, de 1993, e suas alterações.

17.2 - Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 1/2017-MEC/UFRN e seus anexos (4431854), no que tange às Disposições relativas à Fiscalização e ao Controle, devem ser observados os seguintes tópicos:

17.2.1 -Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto licitado, reservar-se-á à CONTRATANTE o poder-dever de exercer a mais ampla e completa fiscalização

sobre a execução, conforme a Lei nº 8666/1993, art. 58, III c/c Acórdão do TCU nº 1632/2009 – Plenário.

17.2.1.1 - A omissão ou falha da fiscalização da execução do contrato, realizada por representante da CONTRATANTE, será devidamente apurada, não eximindo a CONTRATADA, entretanto, de sua responsabilidade exclusiva pela prestação eficiente dos serviços nos moldes do presente contrato e do Edital do Pregão Eletrônico nº 1/2017-MEC/UFRN e seus anexos (4431854).

17.2.1.2 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante/comissão da CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição (Lei nº 8666/1993, art. 67, caput).

17.2.1.2.1 - O representante será um servidor da instituição CONTRATANTE, efetivo ou em comissão, formalmente designado para exercer o encargo.

17.2.1.2.1.1 - O servidor não poderá recusar-se a exercer a fiscalização, salvo se apresentar motivo fundado e comprovado pela Administração da CONTRATANTE (Lei 8.112/90, art. 116, I, II, III e IV).

17.2.1.3 - A gestão e a fiscalização de contratos será realizada Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC/SEPLAG-DF), com o auxílio dos servidores designados para a fiscalização.

17.2.1.3.1 - A fiscalização será diretamente realizada por servidor que tenha conhecimentos mínimos e suficientes para garantir a conformidade da execução com o programado pela Instituição CONTRATANTE.

17.2.1.4 - Com a assinatura do instrumento de contrato, a CONTRATADA compromete-se a aceitar todos os métodos de inspeção, verificação e controle adotados pelo servidor-fiscal/comissão, obrigando-se a fornecer dados, explicações, esclarecimentos, soluções, comunicações ou quaisquer outros elementos necessários à execução destes métodos.

17.2.2 - O servidor fiscal/comissão executora deverá exigir por escrito que seja substituído quaisquer itens do objeto executado pela CONTRATADA em desacordo com as normas ou especificações previstas no edital e respectivos anexos, visando sempre ao interesse da coletividade, à continuidade dos serviços públicos, à integridade do patrimônio público e à eficiência da Instituição CONTRATANTE.

17.2.3 - No que diz respeito a decisões a serem tomadas e que exorbitem de sua competência, o servidor fiscal/comissão executora deverá solicitar formalmente e por escrito as devidas providências à autoridade administrativa que lhe seja imediatamente superior, a qual, atendendo à solicitação, incumbir-se-á de adotar em tempo hábil as medidas pertinentes.

17.2.4 - O servidor fiscal/comissão executora responsabilizar-se-á por atestar a fatura ou Nota Fiscal, comprovando o recebimento definitivo dos materiais fornecidos ou serviços executados, relativos ao objeto deste contrato, garantido, dessa maneira, que o fornecimento ou prestação, parcial ou integral, estejam sempre em conformidade com o programado pela Administração, consumando-se dessa maneira a liquidação da despesa, a qual constitui etapa prévia e imprescindível à realização do pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Da proibição de utilização de mão de obra infantil

Nos termos da Lei nº 5.061, de 08 de março de 2013 e com fundamento no artigo 7º, XXXIII e artigo 227,§ 3º, I da Constituição Federal, é vedada a utilização de mão de obra infantil no presente CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Da Publicação e do Registro

A eficácia do CONTRATO fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento no órgão interessado, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente CONTRATO.

Pelo **DISTRITO FEDERAL**:

LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS

Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

Pela **CONTRATADA**:

PEDRO MARCELO VAZQUEZ DEL RIO

Procurador

LUCIANO SANTOS DO REGO

Administrador



Documento assinado eletronicamente por **LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS - Matr.0267083-6, Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão**, em 05/04/2018, às 14:25, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO MARCELO VAZQUEZ DEL RIO, Usuário Externo**, em 05/04/2018, às 17:15, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Santos do Rego, Usuário Externo**, em 09/04/2018, às 15:01, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **6708912** código CRC= **75C74868**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Sala 500 - CEP 70075900 - DF

00410-00010690/2017-49

Doc. SEI/GDF 6708912